



ISSN: 2358-2105



O NOVO RETRATO DEMOGRÁFICO DO BRASIL: ANÁLISE ACERCA DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUAS DECORRÊNCIAS ECONÔMICAS

THE NEW DEMOGRAPHIC PORTRAIT OF BRAZIL: ANALYSIS ABOUT POPULATION AGING AND ITS ECONOMIC DECORRICES

Maria Fernanda Rodrigues Neves Farias¹, Pedro Henrique Vieira de Souza², Vanessa Érica da Silva Santos³

v. 7/ n. 3 (2019)
Julho / Setembro

Aceito para publicação em
23/10/2019.

¹Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

²Graduando em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

³Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Advogada, Professora substituta da UFCG, Especialista em Direito do Trabalho pela UNOPAR, em Penal e Processo Penal pela UFCG e Gestão Pública pelo IFPB, Mestra em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.



RESUMO: O presente artigo tem por escopo tecer uma explanação acerca do fenômeno do envelhecimento populacional no Brasil e pontuar as decorrências econômicas do mesmo em âmbito nacional. A justificativa do mesmo sustenta-se na contemporaneidade do tema, que, direta ou indiretamente, será cada vez mais visualizado no cotidiano. Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, dos tipos bibliográfica e documental, com o emprego dos métodos dedutivo e monográfico. Para tanto, na fundamentação foram analisados artigos científicos e documentos oficiais. Constatando-se que o Brasil tem presenciado uma mudança demográfica, mediante o declínio nas taxas de fecundidade e aumento da longevidade, em muito pouco tempo. E que as implicações econômicas estão sendo sentidas justamente pelo aumento de pessoas dependentes em detrimento do número das contribuintes. Devendo, pois, o Estado fazer um planejamento e elaborar políticas públicas e reformas para promover o crescimento econômico e garantir os direitos dos idosos.

Palavras-chaves: Envelhecimento populacional; Implicações econômicas; Mudança demográfica.

ABSTRACT: The purpose of this article is to provide an explanation of the phenomenon of population aging in Brazil and to assess the economic consequences of aging in Brazil. The justification of the same is based on the contemporaneity of the theme, which, directly or indirectly, will be increasingly visualized in everyday life. As for the methodological procedures, this work consists of an exploratory research, of the bibliographic and documentary types, using the deductive and monographic methods. To this end, scientific articles and official documents were analyzed in the grounds. It is evident that Brazil has witnessed a demographic change, through the decline in fertility rates and increased longevity, in a very short time. And that the economic implications are being felt precisely by the increase of dependent people to the detriment of the number of taxpayers. The State should therefore plan and develop public policies and reforms to promote economic growth and guarantee the rights of the elderly.

Keywords: Population-ageing; Economic implications; Demographic change.



1. INTRODUÇÃO

Hodiernamente, o panorama social de diversos países mundo afora demonstra um processo de transição demográfica refletido no elevado índice de idosos. A tendência é a diminuição da população ativa, uma vez que, em suma, os idosos são um dos grupos etários que não integra o mercado de trabalho, mas depende do olhar governamental.

O envelhecimento populacional é um fenômeno que o Brasil vem experimentando há algumas décadas, cujas dimensões devem ser analisadas, sobretudo, a longo prazo. Conforme mais pessoas alcançam a “melhor idade”, torna-se mais exigível um olhar sensível tanto do ponto de vista social, como político e econômico. No que tange aos aspectos econômicos, algumas preocupações permeiam as instituições governamentais, pois o aumento de idosos aliado a uma menor taxa de fecundidade corrobora em mais pessoas dependentes do que contribuintes para determinado país.

Se, em parte, o envelhecimento da população traduz uma conjuntura de desenvolvimento, com condições mais favoráveis à longevidade, por outro lado, exige planejamento e estratégias para que o Estado não sofra “ônus” e, também, para que nenhum grupo social fique à mercê de suas necessidades, quaisquer que sejam. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho desponta dos seguintes questionamentos: Qual o panorama atual da população brasileira e quais os efeitos do envelhecimento para a economia?

Este artigo tem como objetivo primordial tecer uma explanação acerca do fenômeno do envelhecimento populacional com um recorte para o Brasil. E, especificamente, pontuar as decorrências econômicas do mesmo em âmbito nacional. Tal estudo justifica-se especialmente pela contemporaneidade do tema, que, direta ou indiretamente, será cada vez mais visualizado no cotidiano.

Para tanto, o trabalho em questão apresentar-se-á subdividido em quatro seções de desenvolvimento, que trazem, respectivamente, uma abordagem geral sobre o envelhecimento populacional – aspectos introdutórios; o processo de mudança demográfica brasileira – a transição, o retrato atual e o que se espera da população; e as implicações do envelhecimento para a economia do Brasil.

Para atingir o seu escopo, este trabalho científico consistirá – em relação ao nível de profundidade – em uma pesquisa exploratória. E, quanto à coleta de dados, tratar-se-á de uma pesquisa bibliográfica e documental – haja vista o procedimento de revisão e análise da literatura a ser utilizado. Por outro lado, a sua finalidade será básica ou pura, ou seja, com vistas tão somente à produção de conhecimento científico.

No que concerne aos métodos de abordagem e procedimento empregados, estes foram, respectivamente, o dedutivo e o monográfico. Na definição de Gil (2008), o método dedutivo é aquele que parte de princípios tidos como verdadeiros para, logicamente, obter generalizações. O método monográfico, por seu turno, é aquele que se importa em observar as peculiaridades de determinados temas ou grupos sociais, com o intuito de obter generalizações (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para a sua elaboração, serão utilizados artigos dispostos em revistas científicas eletrônicas e em banco de dados, bem como documentos elaborados por instituições oficiais contendo dados relevantes à temática. Para a seleção e escolha de tais artigos será adotado o critério de tempo entre os anos de 2010 e 2019, a fim de utilizar os mais recentemente publicados. Para mais, na fundamentação teórica terão destaque, dentre outras produções, as do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FENÔMENO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O envelhecimento populacional, em princípio, difere da concepção de envelhecimento individual porquanto diz respeito ao crescimento da proporção de idosos ante a população integral de um país. Pode-se dizer que uma população envelhece conforme o número de idosos aumenta e, diversamente, a sua quantidade de jovens diminui (AGOSTINHO; BOTELHO; MORAES, 2018; NASRI, 2008). Em outras palavras, esse processo “refere-se à mudança na estrutura etária da população, de forma que a participação de idosos no total da população se amplia de maneira contínua” (ZANON; MORETTO; RODRIGUES, 2013, p.547).

Dentre as razões para a ocorrência deste fenômeno, pontua-se o declínio nas taxas de fecundidade – que significa o número médio de filhos que uma mulher tem durante o período reprodutivo (AGOSTINHO; BOTELHO; MORAES, 2018). Ademais, Camarano, Kanso e Fernandes (2013) constatam que as políticas e os incentivos suscitados pelo Estado juntamente ao progresso tecnológico foram, também, determinantes para o quadro de longevidade atual.

Destarte, nos últimos anos, tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento – na proporção de suas particularidades – têm observado um contingente mais amplo de pessoas idosas integrando o corpo social (MELO et al., 2017; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). O prolongamento da vida, entretanto, subjaz principalmente a questão da qualidade com que se tem vivido a partir dos 60 anos de idade, e a maneira como os países estão lidando e se preparando – social, cultural, econômica, política e financeiramente – frente a essa realidade (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2013; VERAS; OLIVEIRA, 2018).

Em alusão ao Brasil – tema a ser abordado no título subsequente – observa-se de modo claro as mutações ocorridas no arranjo da população, muito rapidamente, desde o século passado. A tendência é que as crianças e os jovens ocupem um espaço mais estreito na pirâmide populacional em detrimento do segmento da “terceira idade” – o que demonstra que não se trata de um processo efêmero, mas duradouro e com projeções que o confirmam (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016; ZANON; MORETTO; RODRIGUES, 2013).

Os efeitos do envelhecimento populacional tendem a ser notados em várias searas. Em relação à saúde, por exemplo, verifica-se uma objeção quanto à adequação de serviços para os idosos, bem como uma carência de profissionais qualificados para lidar com os mesmos. Outrossim, as transformações para atender a essa coletividade iniciam na esfera familiar e se estendem também

Maria Fernanda Rodrigues Neves Farias, Pedro Henrique Vieira de Souza, Vanessa Érica da Silva Santos

à comunidade em geral – haja vista que os idosos também exercem sua cidadania e não devem ser excluídos do meio societário (BRITO et al., 2013).

Além disso, Camarano, Kanso e Fernandes (2013) expressam que a preocupação concerne à conexão entre envelhecimento e dependência – posto que, à medida que determinada sociedade “envelhece”, o número de pessoas em idade produtiva ou economicamente ativa vai se tornando restrito. Assim, associa-se os idosos à redução de mão de obra e, conseqüentemente, à incapacidade de gerar renda para o país.

3. A MUDANÇA DEMOGRÁFICA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TEMPOS

Desde a metade do século XX, o Brasil tem experimentado um fenômeno de transformação na estrutura etária populacional, em razão, por um lado, do declínio acentuado nas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade infantil; e, por outro, do aumento da esperança de vida ao nascer. Estas mudanças guardam estreita relação com os avanços da medicina, a urbanização e as melhorias de saneamento básico e higiene após a Segunda Guerra Mundial (ALVES; CAVENAGHI, 2016; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2017).

Em outros termos, o país vem percorrendo um processo de transição demográfica, ou seja, “passagem de uma situação de equilíbrio no crescimento populacional caracterizado por altos níveis de fecundidade e de mortalidade para uma etapa de níveis baixos, em ambas as componentes” (RIGOTTI, 2012, p. 469). Em virtude desse processo, começou a vislumbrar-se um aumento expressivo do número idosos e, em contrapartida, uma redução da população com idade inferior a 15 anos (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2017).

[...] em 1965, a fecundidade começa a cair no país, e essa queda leva o país a alcançar em poucas décadas o que os demógrafos chamam de nível de reposição demográfica, em que a fecundidade média das mulheres é em torno de 2,1 filhos. Esse nível é alcançado pelo Brasil em 2005. No nível de reposição, o ritmo de crescimento demográfico reduz-se, mas a população continua a crescer por conta das taxas de fecundidade ligeiramente acima de dois filhos por mulher. *Mas a fecundidade no Brasil continua caindo, apontando para taxas abaixo da de reposição. Assim, a longo prazo, a população começa a apresentar forte tendência demográfica para o decréscimo populacional.* (ALVES, VASCONCELOS, CARVALHO, 2010, p.10, grifo nosso).

Ademais, Brito (2010) sustenta que essas mudanças etárias apresentam diferenças de acordo com o estrato social, pois, para o mesmo, o envelhecimento é proeminente nas camadas mais ricas da sociedade. Nesse mesmo sentido, Rigotti (2012) ressalta que as assimetrias presentes no Brasil – regionais, de renda e de gênero – refletem diretamente na quantidade de filhos por casal e na questão do tempo de vida. Para o autor, quanto maior a renda e o nível educacional, menor o número de filhos e maiores as chances de as pessoas viverem mais.

No Brasil, o envelhecimento populacional ocorrerá, no todo, em um prazo relativamente menor – 50 anos – em relação àquele levado pela Europa – aproximadamente 150 anos. Na década de 1950, os idosos representavam 5% da população total – eram 2,6 milhões de idosos – e em 2010, essa porcentagem duplicou – sendo 19,8 milhões. No início do século XXI, por exemplo, a pirâmide brasileira possuía uma base ampliada, mas atualmente se espera que haja cada vez mais

um estreitamento da mesma, bem como um adensamento do seu topo (ALVES, 2015; GIACOMELLI et. al., 2016).

Destarte, a problemática consiste no fato de que os países europeus *a priori* se desenvolveram e, somente após tornarem-se ricos, começaram a envelhecer. Do contrário, o Brasil caminha para um panorama demográfico de país rico – com envelhecimento precoce – mas sem condições socioeconômicas para tanto (BRITO, 2010). Segundo Arbache (2011, p. 368), “a experiência brasileira chama atenção não apenas por causa da convergência dos indicadores demográficos para níveis típicos de países desenvolvidos, mas, também, pela rapidez com que essa transformação está se dando.”

Nesse sentido, há uma estimativa de que no ano de 2060 exista aproximadamente 58,2 milhões de idosos, um percentual de 25,5% – um quarto – da população total brasileira (IBGE, 2018a). Nesse viés, faz-se mister analisar os dados acerca dos indicadores sociais da “Esperança de vida ao nascer”, “Taxa bruta de mortalidade” e “Taxa bruta de natalidade”, dos últimos anos, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que evidenciam tal mudança demográfica, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Indicadores Sociais - Brasil

<i>Indicador Social</i>	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017
<i>Esperança de vida ao nascer</i>	74,8 anos	75 anos	75,3 anos	75,5 anos	75,7 anos
	Ano de 2012	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016
<i>Taxa bruta de mortalidade</i>	5,927/mil	5,971/mil	6,027/mil	6,092/mil	6,165/mil
	Ano de 2012	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016
<i>Taxa bruta de natalidade</i>	15,06/mil	14,852/mil	14,635/mil	14,405/mil	14,163/mil

Fonte: IBGE, [20--]b

Em observância aos dados supramencionados, a esperança de vida ao nascer – expectativa de vida de uma pessoa – apresentou aumento gradativo entre os anos de 2013 e 2017 – com uma média de 76 anos de vida, o que corrobora a asserção de que o “Brasil” segue envelhecendo. Enquanto a taxa bruta de mortalidade aumentou no período de 2012 a 2016, a taxa de natalidade, por sua vez, decresceu – o que nos leva a indagar acerca de quem proverá o sustento futuro do público idoso no Brasil.

De modo mais específico, a Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil – 2017, elaborada pelo IBGE, expõe dados sobre a expectativa aos 65 anos de idade, ou seja, considerando o tempo de vida para um indivíduo já inserto na “velhice”. De acordo com o referido estudo, essa expectativa de vida no ano de 1940 era de 10,6 anos; em 1960, correspondia a 11,4; em 1980, era de 13,1; nos anos 2000, esse número foi para 15,8; em 2010 subiu novamente para 17,6 anos; e em 2017, finalmente, esse índice atingiu a média de 18,7 anos. Isso demonstra que as possibilidades de sobrevivência até os 80 anos de idade, em pouco mais de meio século, cresceram consideravelmente no país (IBGE, 2018c).

Maria Fernanda Rodrigues Neves Farias, Pedro Henrique Vieira de Souza, Vanessa Érica da Silva Santos

Em 1940, de cada 1000 pessoas que atingiam os 65 anos de idade, 259 atingiriam os 80 anos ou mais. Passados setenta e sete anos, destas mesmas 1000 pessoas que completaram seus sexagésimos quintos aniversários, 632 completariam os 80 anos, sendo poupadas 373 vidas para cada mil indivíduos. O aumento da longevidade dos brasileiros vem paulatinamente aumentando ao longo do tempo (IBGE, 2018c, p. 11).

Levando-se em consideração estas informações, faz-se necessário atentar para o envelhecimento acelerado ante os problemas de inclusão social que o país apresenta. As demandas de uma população idosa são mais específicas e implicam, decerto, na adoção de um projeto social pelo Estado para resguardar direitos e garantir qualidade de vida, bem-estar e serviços básicos assistenciais (ALVES, 2015; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2017).

Nessa ótica, Brito (2010) revela que a transição não significa necessariamente um mal para a sociedade brasileira, desde que seja conduzida por políticas públicas precisas. O Estado deve se precaver para salvaguardar dignamente aqueles que “atingem e ultrapassam as expectativas”.

4. AS IMPLICAÇÕES DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Conforme apresentado, o Brasil vivencia um processo célere de transição demográfica – também socioeconômica – cuja característica marcante é a passagem de um “país jovem” para um “país de idosos”. Nesse ínterim, diante do cenário populacional que se apresenta, surgem reveses na esfera social, econômica e política, tanto para a pessoa do idoso e para sua família – se houver – quanto para a sociedade e, mormente, para o Estado. Os desafios são respeitantes à permanência de idosos na força de trabalho, inclusão social, assistência, serviços de saúde, previdência social, dentre outros (AGOSTINHO; BOTELHO; MORAES, 2018).

A relação entre crescimento econômico e demografia tem sido reconhecida desde longa data. A mudança demográfica pode afetar o crescimento econômico por diversos mecanismos. As mudanças na estrutura da população têm impactos nas decisões de consumo e de poupança das famílias, na oferta de trabalho e produtividade, nos investimentos públicos já que os gastos do sistema de pensões tendem a aumentar, e por fim, impacta na capacidade da economia inovar a partir de um estoque crescente ou decrescente/estagnado de capital humano conforme o estágio demográfico em que o país se encontra. (PEREIRA; PORSE, 2013, p.50).

Ao se apontar as implicações econômicas resultantes disso, é possível fazer interligação quanto a alguns enfoques principais: mercado de trabalho, padrões de consumo, saúde pública e sistema previdenciário. Em relação ao primeiro item, há de se constatar uma carência de mão de obra e oferta de trabalhadores, haja vista que a População Economicamente Ativa – PEA – do país não vai superar a população dependente (ZANON; MORETTO; RODRIGUES, 2013). Nessa linha, Rigotti (2012) ressalta que, nas décadas posteriores, a inclinação é que se tenha uma proporção menor de trabalhadores sustentando uma maior de pensionistas e aposentados.

Quanto aos padrões de consumo, tem-se que estes são financiados por transferências públicas e privadas – tendo em vista que os idosos se encontram no estágio “pós-trabalho” ou deficitário (ZANON; MORETTO; RODRIGUES, 2013). As pessoas idosas também não utilizam ou consomem, em geral, os mesmos produtos absorvidos pelos mais jovens. Isso significa que as

empresas devem se amoldar para atender a esse público ou, do contrário, deixaram à margem parte considerável de consumidores.

Ainda nesse prisma, Zanon, Moretto e Rodrigues (2013) explicitam que categorias de consumo como alimentação e cuidados médicos tendem a aumentar em detrimento de serviços como educação, recreação, bens duráveis e transporte, por exemplo. No que tange à saúde pública, as adversidades dizem respeito à estrutura física dos estabelecimentos prestadores desse serviço; falta de disponibilidade de tecnologias específicas e profissionais capacitados para o atendimento específico. Os custos são relativamente altos porque a demanda torna-se específica, e geralmente nessa fase da vida determinadas doenças são mais comuns (BRITO et al., 2013).

Gastos em saúde provavelmente aumentarão substancialmente. De fato, cuidados com saúde tendem a emergir como um dos maiores desafios fiscais nas próximas décadas no Brasil. Existem duas forças por trás da projeção de aumento dos gastos com saúde: o aumento da proporção de idosos na população, e o aumento da intensidade do uso dos serviços de saúde pelos idosos. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.11).

Em pertinência à previdência social, denota-se a sua importância para a proteção dos segmentos mais economicamente fragilizados da sociedade. De acordo com o Banco Mundial (2011, p. 12) “as regras do sistema de previdência incentivam a informalidade, especialmente para os trabalhadores menos qualificados”, e fazem com que muitos não contribuam com o sistema de seguridade social enquanto ainda estão na idade ativa. Logo, não se fomenta um “retorno” efetivo para balancear os gastos previdenciários.

Nesse viés, Miranda, Mendes e Silva (2016, p. 513) afirmam que a previdência “que havia sido organizada para atender a uma demanda representada pelo aumento do emprego assalariado e pela brevidade do período da aposentadoria” está sofrendo pressão com as mudanças demográficas do Brasil. Sem as devidas precauções, haverá, na verdade, um agravamento do desequilíbrio desse sistema, pondo em risco a sua sustentabilidade.

Tal apontamento é corroborado com as estatísticas do IBGE, segundo as quais, a razão de dependência em 2018 era de 44 %; em 2039 será de, aproximadamente, 51,5% - destes, 25,7% relacionados aos jovens e 25,8 % aos idosos – e em 2060 corresponderá a 67,2% (IBGE, 2018a). A saber, a razão de dependência da população consiste na relação entre os grupos populacionais dependentes economicamente – pessoas com menos de 15 anos e com 65 anos ou mais – e os grupos produtivos ou economicamente ativos – pessoas entre 15 e 64 anos de idade (IBGE, 2018a).

Portanto, o Estado precisa considerar suas condições orçamentárias, e planejar-se para elaborar e investir em políticas públicas fundamentais direcionadas a sanar os impasses aludidos. Do contrário, o envelhecimento populacional representará um óbice ao crescimento econômico do país, e muitos dos direitos dos idosos – legalmente previstos – poderão vir a ser infringidos (BRITO et al., 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, constata-se que o Brasil tem presenciado uma mudança demográfica, mediante o declínio nas taxas de fecundidade e aumento da longevidade, em muito

Maria Fernanda Rodrigues Neves Farias, Pedro Henrique Vieira de Souza, Vanessa Érica da Silva Santos

pouco tempo. Em vista disso, o Estado necessita realizar um planejamento estratégico para suportar o “ônus demográfico” que se aproxima rapidamente.

Todavia, as reformas não devem ser apenas paliativas ou desmedidas como a atual reforma previdenciária, em diversos aspectos. O fato é que a população vai envelhecer, mas esse envelhecimento deve vir acompanhado de bem-estar e resguardo estatal, haja vista que nem todos os idosos têm um padrão de vida elevado no país, e recorrem, quase exclusivamente, aos serviços e recursos “disponibilizados” pelo governo.

Nesse seguimento, o governo deve fiscalizar mais veementemente as relações de trabalho informais, de modo que mais trabalhadores passem a contribuir para com a previdência e, por consequência, auxiliem na manutenção do sistema de seguridade social para as gerações atual e posteriores de idosos.

Nesse contexto, também é imprescindível o investimento em educação e qualificação profissional para os jovens, objetivando, *a posteriori*, a sua inserção formal e duradoura no mercado de trabalho – pois, como visto, estes integrarão a população ativa do país e, portanto, a mão de obra que fará girar a economia.

As adversidades quanto à economia, em um ângulo mais abrangente, já estão sendo sentidas justamente pelo aumento de pessoas dependentes em detrimento do número das contribuintes. Também existem os gastos com a saúde pública – com tratamentos, exames e medicamentos específicos – que simbolizam, de certo modo, um dispêndio inevitável, mas que pode ser devidamente planejado.

O que não pode ocorrer é a falta de atendimento médico-hospitalar e psicossocial adequado para esse público, levando-se em conta todos os direitos que lhes são assegurados pela legislação nacional e, ainda mais, considerando que muitos são aposentados e dispõem apenas do salário mínimo para suprir todas as despesas.

Portanto, tendo em vista que esse fenômeno vai se prolongar, o país não tem que “cobrir o prejuízo” criando novos problemas ou retirando recursos daqueles que são desprovidos destes. Não se deve olvidar que esta não é uma realidade exclusiva do Brasil, mas, do contrário, perceptível em países já desenvolvidos. Logo, o envelhecimento, por si só, não configura um obstáculo para estagnar o crescimento econômico.

A preocupação recai, mais uma vez, sobre quais incentivos são oferecidos para a população em idade ativa. Assim sendo, importa que sejam disseminadas campanhas midiáticas de conscientização da população sobre a importância da contribuição, e explicitando o funcionamento, o contexto atual e as implicações do envelhecimento para a economia.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Cíntia Simões; BOTELHO, Luanda; MORAES, Pedro. Indicadores sobre idosos: desafios diante do envelhecimento populacional. In: SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo;

BOTELHO, Luanda. (Org.) **Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais: Grupos Populacionais Específicos e Uso do Tempo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil. **Revista Portal de Divulgação**, São Paulo, n. 45, v. 5, 2015. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/view/510/549>>. Acesso em: 12 jun. 2019

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. A estagnação da taxa de ocupação e o fim precoce do bônus demográfico. In: Congresso da Associação Latino Americana de População, 7, e Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 20, 2016, Foz do Iguaçu. Anais...Foz do Iguaçu: ABEP, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2554>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz; VASCONCELOS, Daniel de Santana; CARVALHO, Angelita Alves de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9683>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ARBACHE, Jorge. Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n.36, 2011. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3064>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho: Implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços**. Brasília: Departamento do Brasil-Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRITO, Fausto. **A reinvenção da transição demográfica: Envelhecer antes de enriquecer?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2010/664-401-a-reinvencao-da-transicao-demografica-envelhecer-antes-de-enriquecer>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRITO, Maria da Conceição Coelho et al. Envelhecimento Populacional e os Desafios para a Saúde Pública: Análise da Produção Científica. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/18552/13738>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. Envelhecimento populacional, perda de capacidade laborativa e políticas públicas. **Nota técnica IPEA**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3841/1/bmt54_nt01_envelhecimento.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

GIACOMELLI, Giana Silva et. al. Transição demográfica e gasto público: uma análise comparativa de diferentes contextos. **Revista de Estudos Sociais**, n. 37, v. 18, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4060>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Maria Fernanda Rodrigues Neves Farias, Pedro Henrique Vieira de Souza, Vanessa Érica da Silva Santos

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>>. Acesso em: 13 jun. 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sobre o país – Indicadores Sociais/População. **IBGE**, Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em:

<<https://pais.ibge.gov.br/dados/brasil>>. Acesso em: 13 jun. 2019b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017**: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 13 jun. 2019c.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Laércio Almeida de. et al. Fatores socioeconômicos, demográficos e regionais associados ao envelhecimento populacional. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n4/pt_1981-2256-rbgg-20-04-00493.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832016005025103&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n3/pt_1809-9823-rbgg-19-03-00507.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Revista Einstein**, São Paulo, v. 6, 2008. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PEREIRA, João Basílio; PORSSSE, Alexandre. Transição demográfica, acumulação de capital e progresso tecnológico: desafios para o crescimento brasileiro. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/31407>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Transição Demográfica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2019.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1929.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

*O NOVO RETRATO DEMOGRÁFICO DO BRASIL: ANÁLISE ACERCA DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL
E SUAS DECORRÊNCIAS ECONÔMICAS*

ZANON, Rodrigo Rafael; MORETTO, Antonio Carlos; RODRIGUES, Rossana Lott.
Envelhecimento populacional e mudanças no padrão de consumo e na estrutura produtiva brasileira.
Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 30, 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30s0/04.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.